ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

03 de março de 2022

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, às 10h00 (dez horas), por vídeo conferência devido a Pandemia do COVID-19, os Conselheiros: Angélica Marques de Pina Freitas, Legiane Rigamonti, Marcelo Colonato, Lucinete Rodrigues de Sousa e Silva, Aparecida Demambro, Ana Vuitik, Fábio Santos e Andréa Leite deram início à reunião. O Presidente Marcelo Colonato iniciou falando sobre a foto que o Conselheiro Fábio compartilhou no grupo do CAE, o qual o Secretário Estadual Rossieli Soares e o Governador João Doria aparecem ingerindo alimentação escolar em uma escola estadual em meio aos alunos, ele lembrou que a questão do professor se alimentar na escola não diz respeito à do competência do CAE que cuida exclusivamente da alimentação do aluno, disse também que o professor recebe ticket alimentação para sua refeição e deixou bem claro que a alimentação escolar á para o aluno. O questionamento do Conselheiro Fábio é saber por qual motivo o Secretário e o Governador podem ingerir a alimentação escolar e os professores, não. Se as autoridades não comeram e apenas fizeram a degustação dos alimentos como é permitido, tudo bem, porém, se fizeram a foto se alimentando de fato, ou não, apenas para fazer marketing também não pode, Pois estariam falando de algo que não conhecem a qualidade, o que acarreta uma expectativa alta de que outras pessoas, inclusive os professores possam se alimentar, o que na realidade e por lei, não é permitido. Isso causa um mal estar para as pessoas que estão vendo de fora. O Conselheiro Marcelo também quis saber sobre a aquisição dos alimentos da Agricultura Familiar, se as conselheiras Legiane e Angélica que fazem parte da comissão das Chamadas Públicas estão sendo consultadas. Está preocupado porque novamente está acontecendo morosidade na aquisição dos produtos, já está no mês de março e alguns contratos ainda não foram assinados e outros não foram feitos. O valor que tem para ser usado é alto e como será um ano de eleição tudo fica mais demorado e é preciso pensar que a não utilização do valor total, ou do esperado é certa no início do ano que vem. Ele pediu para a conselheira Ana que faz parte do departamento da alimentação escolar, verificar esta questão com a diretora Cláudia e passar para o Conselho. Ele mencionou também que na última reunião do ano passado em dezembro foi acertado que qualquer ofício, reclamação

de alimentação escolar, denúncia e afins será reportado direto ao Secretário Rossieli e com prazo de quinze dias. Foi acordado desta forma porque até hoje, o ofício encaminhado à COFI pedindo orientações sobre a abertura de conta digital para pagamento das diárias não foi respondido. A Conselheira Legiane disse que sobre as questões da licitação a resposta é não. Não foi consultada nenhuma vez no ano passado e neste ano também não. Ela tem uma dúvida em relação à conta do Banco do Brasil, para ter reembolso é necessário ter conta corrente e em hipótese de alguma terá reembolso antecipado? Ela só queria lembrar, o que o Conselho vem pedindo, é um adiantamento? O Conselheiro Marcelo confirmou e disse que a idéia é mudar o formato, porque só no Estado de São Paulo funciona desta forma, disse também que sem o adiantamento o CAE fica prejudicado de fazer as visitas e por lei é obrigatório o suporte do Estado para este fim. Desta forma, na prestação de contas ele terá que dizer que não existe suporte e reprovar a prestação de contas, seria uma perda enorme para o Estado perder parte dos recursos da alimentação escolar. A Conselheira Aparecida fez um comentário sobre a abordagem do secretário e do Governador com relação à merenda. Ela concorda com a observação que o Marcelo fez, acha que está correta, precisa ser de uma forma equilibrada, na base do aconselhamento e do alerta das consequências e do impasse que gerou esta atitude. Ela acha que forma mal orientados pela assessoria, foi apenas um cunho extremamente de marketing para as redes sociais e acabaram cometendo uma gafe, e ao mesmo tempo são duas autoridades de Estado, que são literalmente os responsáveis pelo dinheiro da aquisição dessa merenda, logo, nada mais importante do que eles como entidades principais no comando desse trabalho que fiscalizem. A postagem devia ter este tom, de que estavam lá para fiscalizar, ver se está de acordo, se está satisfatório, se o serviço está sendo prestado, sem o “oba oba” da postagem, porque aí sim abre essa dúvida de que todos podem entrar na escola e fazer a refeição, se eles puderam. Precisa dar um toque na realidade, são duas autoridades fiscalizadoras e não só podem como deveriam ter mais essa inserção, esse evento de aparecer e verificar se tudo caminha com o esperado. Sobre a questão das diárias, faz uns sete, oito anos que mudou o conceito da Secretaria da Educação como relação ao pagamento. Ele é previsto na legislação, nunca foi feito desta forma de você primeiro gastar e depois pegar o reembolso como tem sido feito ultimamente. Ela disse que isso é estratégico, é uma enrolação, eles

farão isso até o final do mandato, não sairá nada. No mandato anterior quem salvou por já ter conta no Banco do Brasil foram a Aline e a Geórgia e por serem funcionárias da Secretaria. A entidade que ela representava ajudou muito arcando com os valores, mas até hoje não foi ressarcida. A Conselheira acha que seria hora de fazer uma representação ao Ministério Público porque eles cobram as visitas que não são feitas e elas não são feitas exatamente por falta desse recurso. Ela diz que o Conselho precisa de respeito e de colaboração no trabalho. Ela frisou novamente que a gestão irá terminar e esta questão não será resolvida. A Conselheira Angélica disse que se já percebeu que foi feita uma solicitação e não teve resposta e que existe esse histórico de ficar postergando as solicitações, vale a pena sim em último momento passar uma mensagem pedindo um posicionamento com prazo e se não for cumprido acionar o Ministério Público porque logo terá a Prestação de Contas e como estão dizendo que tudo está voltando ao normal não terão o que mostrar porque as visitas não estão sendo feitas por falta do recurso e falta de interesse em dar a resposta. Só desta forma para olharem o CAE com o respeito devido porque sobre as diárias, continuam aguardando a resposta há dois anos. E sobre as Chamadas Públicas ela questionou a Raquel Favero sobre a participação das representantes do CAE e ela informou que seria apenas para estar presente na abertura dos envelopes, esta resposta se encontra em e-mail e foi reencaminhada para todos os conselheiros. O Conselheiro Fábio acha que já deve entrar em contato direto com o Ministério Público e não enviar mais nenhum outro ofício, porque esta foi uma das primeiras pautas desde o início da gestão e estão postergando há dois anos. Ele citou uma denúncia que fez no grupo do CAE, o caso de uma escola em Ribeirão Preto em que foi encontrado larva na merenda servida aos alunos e o Conselho não foi até lá, com isso, não tem resposta da Secretaria sobre o que de fato aconteceu, se foi problema na merenda, ou, na cozinha. Também falou da EE Profª Marlene Aparecida Maria Oberg da Diretoria de Ensino de Taboão da Serra, que recebeu carne estragada e levou quase quinze dias para fazer a troca dessa carne. Não se sabe quantas escolas estão apresentando este problema porque o conselho não tem acesso às estas informações, ele só ficou sabendo do ocorrido por conhecer o vice diretor da escola, inclusive ele passou uma reclamação da DE de Taboão da Serra dizendo que a quantidade de merenda que está sendo enviada para as escolas é inferior ao que é necessário e a qualidade também não está boa. Ele não soube

explicar, então o Conselheiro Fábio, sugeriu que o Conselho vá até lá verificar esta escola e as da região. Quanto à questão do Secretário e do Governador na foto junto com as crianças fazendo a refeição, ele sugere que seja feito um ofício para averiguação e se disponibilizou para ir à escola de Taboão da Serra ver o que de fato aconteceu. O Conselheiro Marcelo disse que um último ofício foi encaminhado para o Secretário sobre a conta digital do Banco do Brasil para as diárias, com anexo das conversas desde dezembro e mostrando que não obtivemos resposta e se não for respondido, o próximo passo será o Ministério Público. Ele também disse que passará os dados de uma escola em Sorocaba que também teve problema com larvas no feijão, e o CAE Municipal de Sorocaba auxiliou mandando estas informações. A Conselheira Andréa acha fundamental este ano não aprovar as contas e pensar claramente na questão da alimentação. Realmente na escola onde ela trabalha tiveram muitos problemas com a quantidade de alimentos, principalmente no retorno às aulas. No ano passado tiveram que buscar alimentos em outras escolas porque onde ela trabalha estavam indo muitos alunos e não tinha merenda suficiente. Foram nas escolas vizinhas e realmente era tudo contado e o problema persiste. A quantidade de alimentos que chega é básica, os alunos comem e às vezes dá problema, o que causa uma grande preocupação quanto a isso. Existe sim a Agricultura Familiar, porém na escola estão precisando usar a balança e pesar os alimentos para ver se estão realmente enviando a quantidade certa, porque está vindo em quantidade menor que a referida em contrato. Sempre que o hortifruti chega ele é pesado. A Conselheira Legiane disse que foi dar uma olhada nos cardápios e disse que mesmo com a dificuldade do reembolso ela se dispõe a fazer visitas nas escolas próximas à residência dela e sugere que cada conselheiro faça o mesmo. É importante checar a qualidade e a quantidade do que está chegando nas escolas. O Conselheiro Fábio se prontificou a ir com a Conselheira Legiane primeiro nas escolas de Taboão onde o caso da carne e das larvas aconteceu. A Conselheira Aparecida sugeriu encaminhar um questionamento para as DEs, já que eles também fazem fiscalização, recebimento, compra, distribuição, seria interessante pedir esclarecimento por parte dos Dirigentes de Ensino a respeito desta situação da comida estragada. Ela acha que ajuda muito na logística. O Conselheiro Marcelo acha a idéia muito boa, na realidade ela complementa um pouco a questão dos encontros regionais, a única preocupação dele é ficar apenas com a informação da DE, porque pode acontecer de

receber informações que não estão realmente acontecendo nas escolas. Ele deu um exemplo, em 2020, logo que ele entrou no CAE, foi visitar escolas em Guarulhos que não tinham cozinha e no Bairro Seródio tem uma escola que não tem cozinha e quando conversou o Diretor da escola ele mostrou e explicou tudo, mas quando chegou na DE conversar com a Dirigente, basicamente ela não sabia que existia esta escola sem cozinha, ou, se sabia não falou para ele. O medo dele é de não passarem na íntegra todos os problemas que estiverem acontecendo. Mesmo assim ele acha a idéia formidável, pois seria um complemento. A Conselheira Aparecida concordou com o Marcelo e disse para já enviar um ofício direto apontando o caso para a própria DE, com o nome da escola e o grau do problema, isso serve até como material para mostrar que o CAE não está inerte. Está trabalhando da forma que consegue, operando com as ferramentas que são possíveis. O ofício será feito e encaminhado para as DEs, fazendo esta cobrança, a Conselheira Aparecida disse que ajuda na confecção do ofício. Nada mais tendo a acrescentar, eu, Mirian Fidelis Guimarães, redigi a presente ata que será assinada por mim e por todos os presentes.

São Paulo, 03 de março de 2022.

Marcelo Colonato Presidente do CEAE-SP	Legiane Rigamonti Conselheira
Férias Aline Tenório Conselheira	Angélica Cristina Conselheira
Lucinete Rodrigues Conselheira	Ausente Lindinalva Teodoro Conselheira

Andréa Silva
Conselheira

Aparecida Demambro
Conselheira

Ausente

Anatalina Lourenço
Conselheira

Ana Cristina Vuitik
Conselheira

Fábio Santos
Conselheiro

Mirian Fidelis Guimarães
Secretária Executiva